

O conflito do Oriente Médio não cabe na camisa de força ideológica

APROPUC-SP

Franklin Goldgrub

Embora geralmente se julgue que a "direita" respalda o estado judeu e a "esquerda" favorece a causa palestina, é possível considerar que o conflito árabe-israelense, longe de situar--se na esfera do debate ideológico, refere-se a outra questão, muito diferente, embora igualmente relacionada à ética: o direito à existência, autonomia e soberania das minorias étnicas e religiosas do Oriente Médio.

Além de muçulmanos e judeus, a região é habitada por cristãos (armênios, coptas e maronitas), drusos, curdos, circassianos, beduínos **(1)** e baha'is.**(2)**

O islamismo, hegemônico no Oriente Médio, submete os fiéis de outras crenças e as pessoas de diferente origem étnica a diversos tipos de discriminação, que incluem a proibição de culto, o pagamento de impostos especiais e a cidadania de segunda classe, sem contar práticas de limpeza étnica. É o estatuto do "dhimmi".

A primeira questão a ser discutida refere-se ao último confronto militar em Gaza. Posteriormente faz-se preciso recuperar a história do conflito e abordar as razões que conduziram à sua interpretação ideológica.

Os ataques com foguetes e mísseis disparados a partir de Gaza visavam e visam atingir a população israelense, causando o maior número de baixas possível. Diferentemente, a ação israelense foi precedida por coleta de informações sobre alvos militares, para evitar a morte de civis.

A disparidade entre o número de mortes de ambos os lados se deve não ao armamento utilizado mas ao fato de que todas as residências em Israel contam com um aposento protegido por concreto e todas as cidades mantêm abrigos subterrâneos.

Diferentemente, a população de Gaza foi usada como escudo, com a finalidade de acusar Israel por crimes de guerra. Via de regra Israel vence os combates e é derrotado na guerra de propaganda. As mortes de civis palestinos e israelenses são exploradas pelas milícias terroristas sem o menor escrúpulo -

no primeiro caso para alegar a condição de vítima e no segundo para intimidar. A mídia multiplica a desinformação ao infinito e seus consumidores acríticos engolem as distorções servidas com molho goebbeliano.

A realidade do conflito difere consideravelmente das acusações já elaboradas de antemão que o Hamas e setores da esquerda dirigem a Israel em uníssono. As convenções internacionais estipulam que é proibido o uso de armas na proximidade de regiões habitadas, bem como condenam o bombardeio deliberado de civis. Essas duas descrições se aplicam sem ressalvas ao modus operandi do terrorismo.

Como já se tornou habitual, as relações de causa e efeito são invertidas nas análises antissionistas. As práticas das milícias terroristas são atribuídas a Israel, que é igualmente acusada de ter originado o confronto.

Os israelenses argumentam que reagiram apenas esporadicamente a oito anos de bombardeios, iniciados sob o governo do Fatah e intensificados após a tomada de poder pelo Hamas. A retirada dos assentamentos judeus de Gaza, em 2005, em vez de pôr fim aos ataques com qassams, apenas os exacerbou.

A liderança da milícia islâmica alega que os bombardeios são a consequência do bloqueio imposto pelos israelenses. Os israelenses respondem que o bloqueio é uma resposta aos ataques e previne o ingresso de mais armas, e acrescentam: a população de Gaza não está privada nem de alimentos nem de medicamentos, assim como recebe combustível, eletricidade e água de Israel.

Quem tem razão? Ambos os lados atribuem a responsabilidade pelo conflito à outra parte.

Os críticos de Israel alegam que a verdadeira causa da operação militar foi a proximidade das eleições e o fato de o ministro da Defesa, Ehud Barak, candidato pelo partido trabalhista, ter ordenado o ataque para ganhar popularidade e reverter as pesquisas desfavoráveis.

A contra-argumentação assinala que o partido trabalhista tradicionalmente divide os votos com a centro-direita e que foi precisamente a inação de Barak a causa da diminuição das suas chances nas urnas.

Há outro critério, que talvez permita dirimir a questão: a comparação entre as leis israelenses e os estatutos do Hamas mostra diferenças marcantes.

No estado judeu os direitos dos cidadãos de qualquer etnia e religião estão plenamente assegurados. O oposto pode ser dito em relação ao Hamas, cujo governo ditatorial oprime minorias políticas (como o Fatah) e religiosas (como os árabes cristãos; quanto aos judeus, jamais foram tolerados pelo Hamas). O

objetivo da milícia, declarado abertamente, é destruir Israel e aniquilar os judeus.

Os Protocolos dos Sábios de Sião, famoso livro antissemita escrito a mando da Okhrana, a polícia secreta czarista, é citado nos estatutos do Hamas. O movimento preconiza a expansão do islamismo por todo o planeta através da conversão forçada dos infiéis e a eliminação dos recalcitrantes.

Não é preciso ter memória privilegiada para perceber que se trata de uma concepção muito próxima à da supremacia ariana, com a diferença de que no último caso a "conversão forçada" era dispensada; visava-se o extermínio das "raças inferiores".

Assim como o Mufti de Jerusalém (espécie de cardeal na hierarquia muçulmana) **(3)**, viajou à Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial e elaborou com Hitler a versão islâmica da solução final **(4)**, a similaridade entre a política antissemita do império russo derrubado pela revolução de outubro e o ideário do Hamas é patente: em ambos os casos, trata-se de sociedades ultrapassadas, de estrutura feudal, que usam uma minoria como válvula de escape, reativando preconceitos arraigados na tradição religiosa.

É difícil entender, nessas circunstâncias, a aliança entre alguns setores da esquerda e o fundamentalismo islâmico. O enigma desaparece quando se percebe que a esquerda antissionista é herdeira da concepção pragmática que predominou na União Soviética desde a ascensão de Stalin (final dos anos 1920) até a sua morte (início dos anos 1950), caracterizada pela opressão das minorias, e na qual a Realpolitik se sobrepôs a quaisquer preocupações éticas e ideológicas. Stalin, recordemos, também recorreu ao antissemitismo sempre que "necessário".

As eleições israelenses constituem um exemplo marcante de que a divisão entre esquerda e direita cai a um plano secundário quando a preocupação com a segurança se torna prioritária.

Nas eleições de 2001, o mesmo Barak, então primeiro-ministro, que nas negociações de paz havia oferecido a Arafat 94% da Cisjordânia, além da compensação territorial correspondente, bem como Gaza e a parte oriental de Jerusalém, foi amplamente derrotado por Sharon, com uma diferença inédita em eleições habitualmente disputadas palmo a palmo. Na ocasião, Arafat havia recusado as propostas de Barak, exigindo o retorno de seis milhões de pessoas supostamente descendentes dos refugiados árabes da guerra de 1948 **(5)**. Sob a alegação de que Sharon havia entrado no Monte do Templo, o líder da OLP desencadeou a segunda intifada que, ao contrário da primeira, foi levada a cabo simultaneamente por várias milícias,

munidas de armamento sofisticado, o que torna a hipótese da sua espontaneidade tão realista como um conto de fadas.

Na ocasião, o principal cabo eleitoral de Sharon foi a campanha terrorista desencadeada por Arafat, responsável pela morte de mais de mil israelenses no decorrer de um período inferior a dois anos (2001-2003).

Quando o debate chega a esse ponto, os críticos de Israel apresentam o argumento de que a solução para o conflito seria o estabelecimento de dois estados para dois povos e dão a entender que Israel recusa essa proposta.

O argumento é insustentável. Já em 1948, quando da resolução da ONU, chamada de "partilha", os judeus aceitaram sem qualquer ressalva a decisão que criava dois países, um árabe e o outro judaico.

No dia seguinte ao da resolução da ONU, as monarquias árabes declararam guerra a Israel, seguida pela invasão de cinco exércitos, apoiados por milícias árabe-palestinas locais e voluntários de outros países.

Nos acordos de Oslo, em 1993, bem como no prosseguimento das negociações, tampouco houve qualquer oposição de Israel ao estabelecimento do estado árabe na Cisjordânia e em Gaza. A respectiva administração foi confiada à OLP, de cujo estatuto constava igualmente como objetivo supremo a destruição de Israel, cláusula retirada apenas por ocasião dos compromissos firmados em Oslo.

Diante dessas evidências insofismáveis, os críticos de Israel recuam mais um pouco na história e assinalam que o próprio processo que antecedeu a criação do estado judeu é ilegítimo, na medida em que está marcado pela apropriação da terra pertencente à população local.

Novamente os dados históricos desmentem essa descrição. Os judeus compraram terras áridas pertencentes a latifundiários residentes em Beirute e em Damasco, cuja transformação em solo apropriado para a agricultura exigiu anos de trabalho duro e investimento em infraestrutura (engenharia sanitária, irrigação, estradas, telefonia, eletricidade). Os judeus não desapropriaram nem destituíram de qualquer outra forma os camponeses árabes (fellahim) de suas propriedades.

A formação do ichuv (comunidade judaica) não tem a mais remota semelhança com qualquer empreendimento colonialista. Os imigrantes judeus não conquistaram o Oriente Médio pela força das armas e muito menos exploraram riquezas naturais (cuja mera menção é anedótica) mediante mão de obra nativa. Os principais lemas do movimento sionista foram a redenção da terra e o retorno dos judeus ao trabalho físico.(6)

O contrário é verdadeiro. Os ingleses, pressionados pelas inquietas lideranças árabes, estabeleceram quotas que limitavam a imigração judaica enquanto fechavam os olhos para a entrada de camponeses árabes procedentes de regiões vizinhas. Conforme leis bem conhecidas relativas a movimentos populacionais, o desenvolvimento econômico, por motivos óbvios, costuma atrair habitantes de áreas próximas em situação de estagnação.

Paralelamente à imigração judaica houve também imigração árabe. Longe de desapropriar a população nativa, a vinda dos judeus criou melhores condições de vida para todos. Ao contrário das teses defendidas por seus críticos, a criação do Estado de Israel sempre beneficiou o povo árabe, afirmação que permanece válida. Nenhum cidadão árabe quer deixar Israel. As análises marxistas relativas a esse período não distinguem os interesses da população árabe e os dos proprietários rurais (latifundiários), respaldados pelo clero islâmico conservador. Esse erro se perpetua e acentua na confusão atual, típica do antissionismo, entre os interesses das ditaduras do Oriente Médio e os do povo árabe.

A mesma distorção se repete no que se refere à suposição da representatividade de movimentos como o Fatah e o Hamas. As eleições palestinas foram disputadas apenas por duas milícias, que intimidaram os eleitores e jamais os consultaram.

Em qualquer outra situação a esquerda sabe diferenciar diretrizes ditatoriais de aspirações populares. Ela jamais confundiu os interesses dos regimes militares sul-americanos com os das respectivas sociedades, atitude curiosamente ausente quando se trata do Oriente Médio.

Essa contradição pede uma cuidadosa reflexão. Poucas vezes é possível deparar com uma disparidade tão considerável como a que separa o militante de esquerda do crente muçulmano. A justiça social e a propriedade coletiva dos meios de produção são o avesso das desigualdades prevaletentes nas sociedades islâmicas, frequentemente multiplicadas pelos imensos lucros provenientes do petróleo. Poderiam ser mencionados outros contrastes, como a oposição entre o ateísmo marxista ("A religião é o ópio do povo") e o privilégio do dogma nos regimes semifeudais do Oriente Médio.

Após o colapso da União Soviética, a Guerra Fria foi substituída pela oposição entre o fundamentalismo islâmico e as sociedades industriais do ocidente, em que a separação entre estado e religião é total. A transição da competição ideológica para a nova situação, batizada por Samuel Huntington com a expressão "choque de civilizações", foi complexa. A última aventura militar da União Soviética aconteceu no Afeganistão e sofreu a interferência do governo americano, que naquele momento apoiou os fundamentalistas islâmicos, responsáveis, na sequência, pela ascensão do Taliban. Posteriormente, os

Estados Unidos respaldaram Saddam Hussein contra os aiatolás, criando uma situação que novamente iria afetar seus interesses.

Seja como for, a aliança entre a esquerda e o fundamentalismo islâmico é tão inegável como a função desempenhada pelo antiamericanismo nessa estranha relação.

Nas circunstâncias atuais, a articulação entre antiamericanismo e antissionismo é tentadora para o ideário progressista. Não é segredo que a esquerda passa por uma profunda crise, desencadeada pelo colapso da União Soviética e dos regimes comunistas da Europa Oriental. São bastante conhecidos os problemas econômicos e os percalços éticos da Revolução Cubana, o caricatural regime norte-coreano, o autoritarismo de Chavez, o genocídio cambojano, o expansionismo chinês (Tibete).

A ideologização do conflito do Oriente Médio, visando transformá-lo em algo análogo à luta de classes, com Israel no papel do país colonialista enquanto os palestinos são chamados a representar a população nativa oprimida doublé de proletariado explorado, tenta reafirmar a autoimagem idealizada do militante e recuperar a dimensão ética da esquerda.

O quadro é convenientemente amputado do seu entorno, ou seja, o interesse das ditaduras do Oriente Médio em manter suas sociedades em estado semifeudal, razão principal (mas nunca mencionada) de sua profunda hostilidade a um país cuja estrutura econômica e social é percebida como ameaçadora pelos sheiks, reis, emires, aiatolás, imans e generais.

Criou-se o mito da "ocupação", fazendo caso omissos de que a presença israelense na Cisjordânia e em Gaza deveu-se a uma guerra de defesa e que a devolução do Sinai ao Egito, no âmbito de um acordo de paz, é prova eloquente do não--expansionismo israelense.

O mito da ocupação omite igualmente que durante 19 anos a população do estado árabe palestino previsto pela ONU em 1948 foi privada de sua autodeterminação pelo Egito e pela Jordânia.

Após 1967, o fim do domínio jordaniano e egípcio permitiu que essas regiões conhecessem, pela primeira vez, uma verdadeira autonomia política, visto que Israel limitou--se a cuidar da segurança de suas fronteiras e as cidades palestinas passaram a ser administradas pelas lideranças locais.

Esse fato, bem como o intercâmbio comercial com Israel e a infra-estrutura criada pelo estado judeu na região (água, eletricidade, estradas), resultaram num surto de desenvolvimento inédito, traduzido tanto pela elevação exponencial da renda per capita como da qualidade de vida, e pela

consequente diminuição da mortalidade infantil.
Uma prática colonialista deveras estranha...

A Liga Árabe, cujos regimes, com a única exceção do Líbano (7), eram e são ditatoriais, alarmou-se. O resto da história é bem conhecido. Primeiramente Israel foi convencido a aceitar a OLP, dominada pelo Fatah, como entidade política representativa da população palestina. Na sequência, o Hezbollah se apossou do sul do Líbano e o Hamas de Gaza. As fronteiras de Israel passaram às mãos de milícias terroristas, inimputáveis perante a ONU, estratégia respaldada pelas ditaduras do Oriente Médio.

A continuidade do processo de autonomização da Cisjordânia e de Gaza, caso a OLP não houvesse se instalado na região, muito provavelmente teria aberto caminho para um verdadeiro acordo de paz, cimentado em interesses comuns. Essa situação seria ameaçadora para a Liga Árabe e privaria certa esquerda da sua última grande causa internacional. Assim como na década de 1920 a direita alemã utilizou o antissemitismo para recuperar-se da derrota na Primeira Guerra Mundial, atribuindo aos judeus a culpa pelo fracasso militar, certa esquerda se vale do antissionismo para maquiar a sua imagem, gravemente afetada pelas consequências da débâcle soviética na Guerra Fria, em cuja esteira têm surgido revelações estarrecedoras acerca dos crimes cometidos nos porões das ditaduras do proletariado.

É difícil acreditar nos protestos humanistas dessa esquerda em relação a Gaza, diante do seu ensurdecido silêncio perante o genocídio de Darfur (8), praticado por um regime islâmico, bem como seu respaldo tanto à tirania dinástica norte-coreana como à ditadura iraniana, e ainda sua omissão em face das violações contumazes dos direitos humanos por parte dos regimes do Oriente Médio, para citar apenas alguns exemplos.

Franklin Goldgrub é professor da Faculdade de Psicologia da PUC-SP.

Notas

1 Drusos, curdos, circassianos e beduínos são muçulmanos mas professam uma variante de islamismo não reconhecida por xiitas, sunitas, wahabitas e alauítas.

2 Além de judeus samaritanos.

3 Hajj Amin El-Husseini, tio de Arafat.

4 O encontro entre ambos se acha documentado, inclusive fotograficamente.

5 Além do número rocambolesco, omite-se que a guerra foi provocada pelas monarquias árabes e que 750 mil judeus foram comprovadamente expulsos de todos os países árabes do Oriente Médio (do Marrocos ao Iêmen, do Egito à Síria), na década de 1950, em represália. Esses refugiados jamais são mencionados.

6 A proibição à agricultura e ao artesanato foi imposta aos judeus na Europa medieval.

7 Na época.

8 Nesse caso o termo se aplica, porque o governo do Sudão se empenha em exterminar as minorias cristã e animista que habitam o sul do país.

www.franklingoldgrub.com